

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.531.831 - GO  
(2019/0189906-4)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**AGRAVADO : MARCELO DA SILVA LEITE**  
**ADVOGADO : THALES CARVALHO LANER - GO036057**

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. PROCESSUAL PENAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. No tocante à suposta contrariedade ao art. 619 do Código de Processo Penal, nas razões do recurso especial, o Agravante limitou-se a arguir que o Tribunal *a quo* não se manifestou a respeito das questões suscitadas nos embargos de declaração, não tendo esclarecido de maneira específica, ponto a ponto, quais as questões, objeto da irresignação recursal, não foram debatidas pela Corte de origem, o que atrai a incidência da Súmula n.º 284 do Supremo Tribunal Federal.

2. Agravo regimental desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRA LAURITA VAZ**  
Relatora